

«As pessoas tentaram sempre entender o funcionamento do cérebro em termos da mais recente tecnologia científica», refere o professor John Searle, autor do livro *Da Realidade Física à Realidade Humana*, publicado pela Gradiva.

No livro *Da Realidade Física à Realidade Humana* sugere que precisamos de alcançar um conhecimento acerca do funcionamento do cérebro para compreendermos melhor a resposta correcta para o problema do livre-arbítrio. Segue-se daí que o problema do livre-arbítrio é fundamentalmente um problema empírico (ou científico) e não tanto filosófico?

Se tivéssemos um conhecimento científico completo do funcionamento do cérebro no âmbito da tomada de decisões pelos seres humanos e no comportamento, isso resolveria em boa parte, ainda que não totalmente, o problema do livre-arbítrio. Ainda permaneceriam alguns problemas puramente filosóficos, mesmo que entendêssemos perfeitamente o funcionamento do cérebro. Um aspecto importante da questão do livre-arbítrio é a relação do funcionamento do cérebro na tomada de decisão consciente. A questão da responsabilidade moral é um problema que permanece mesmo depois de termos resolvido os problemas neurobiológicos.

Diz no livro, em resposta a uma pergunta que lhe foi feita, que em filosofia é antiquado falar da natureza humana, mas que há algumas mudanças a ocorrer no mundo, que o fazem pensar que precisamos de uma concepção mais rica de direitos humanos. Pode dar um ou dois exemplos das mudanças aludidas; e em que sentido a concepção de natureza humana poderia ser mais rica?

Tornou-se antiquado falar sobre «natureza humana», mas há várias questões filosóficas importantes que não podem ser respondidas independentemente da questão da nature-

za humana. Para dar um exemplo relevante, penso que não se pode explicar a importância dos direitos humanos sem uma concepção acerca de que tipo de seres somos. O nosso direito à liberdade de expressão, por exemplo, depende crucialmente do facto de sermos animais que praticam actos de fala e o poder da fala e do pensamento é essencial para o nosso florescimento como seres humanos. Tais direitos humanos devem derivar da natureza humana.

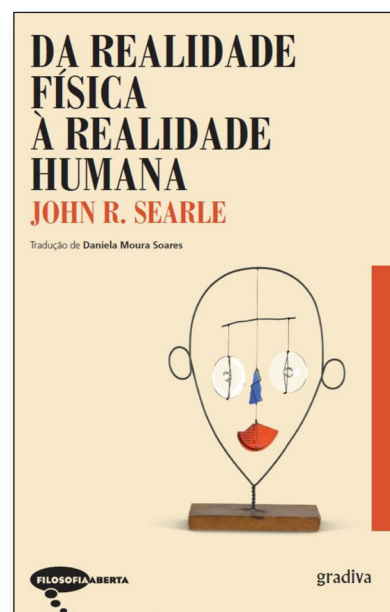
Actualmente, a mais recente tecnologia é o computador, e a tentação é irresistível em pensar que o cérebro deve ser um tipo de computador digital.

Temos agora o poder de mover-nos pelo mundo de uma maneira que não existia há 2000 anos. Penso que podemos pensar de maneira significativa sobre o direito de nos movimentarmos pela Terra como um direito humano, e isso ocorre porque temos uma concepção mais rica da natureza humana, não somos apenas animais que realizam actos de fala, somos animais móveis.

O que explica que uma ideia que considera completamente errada, como a de que a mente é uma espécie de super-computador (o modelo computacional da mente), tenha parecido tão atraente a muitas mentes ilustres?

As pessoas tentaram sempre entender o funcionamento do cérebro em termos da mais recente tecnologia científica. No século XIX, o cérebro era considerado um sistema de telegrafo. Na minha infância, era um telefone

com sistema de barras cruzadas. Actualmente, a mais recente tecnologia é o computador, e a tentação é irresistível em pensar que o cérebro deve ser um tipo de computador digital. É uma visão obviamente falsa e é facilmente refutada. A computação é definida formal ou sintacticamente como a manipulação de símbolos. Por outro lado, as mentes humanas têm mais do que uma sintaxe, possuem uma semântica ou conteúdo mental. A refutação da teoria da computação da mente ocorre em 3 etapas: 1) A computação é sintáctica. 2) As mentes têm semântica. 3) A sintaxe por si só é insuficiente para semântica. (Provei isso com o chamado «argumento da sala chinesa».) Conclusão: os programas de computador não são suficientes para as mentes.



Publicado em Março de 2020 • 312 pp. • 21,00€